

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
CIÊNCIAS DA SAÚDE, HUMANAS E SOCIAIS
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

EDNEI PEREIRA DE CAMPOS

**DEPENDÊNCIA QUÍMICA PELO OLHAR DO PACIENTE: DESAFIOS
E POSSIBILIDADES**

GUARAPUAVA, PARANÁ

2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
CIÊNCIAS DA SAÚDE, HUMANAS E SOCIAIS
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

EDNEI PEREIRA DE CAMPOS

**DEPENDÊNCIA QUÍMICA PELO OLHAR DO PACIENTE: DESAFIOS
E POSSIBILIDADES**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção de grau de Bacharel
em Psicologia pelo Centro
Universitário Campo Real ao curso de
Graduação em Psicologia.
Prof. Me. Gabriel Sousa Andrade

GUARAPUAVA, PARANÁ

2024

RESUMO

Introdução: A dependência química é um problema que cresce significativamente tanto no cenário nacional quanto no internacional, e considerar a percepção dos próprios dependentes mostra-se fundamental para a compreensão dessa temática. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo revelar como a abordagem humanista pode contribuir significativamente para o tema da dependência química. **Método:** Trata-se de uma pesquisa realizada a partir de uma revisão narrativa. **Resultados:** Entre os resultados encontrados, destaca-se que a percepção do paciente dependente químico sobre seu processo de recuperação aponta a família, o relacionamento com profissionais de saúde e as condições sociais como fatores importantes nesse processo. **Conclusão:** A abordagem humanista apresenta-se como uma possibilidade promissora para o trabalho com pessoas em situação de dependência química, considerando as necessidades e a perspectiva dos próprios pacientes.

Palavras-chave: Dependência química. Abordagem Humanista. Percepção.

ABSTRACT

Introduction: Chemical dependency is a problem that is growing significantly both nationally and internationally, and considering the perception of the dependents themselves proves to be essential for understanding this issue. **Objectives:** This study aims to reveal how the humanistic approach can significantly contribute to the field of chemical dependency. **Method:** This research was conducted through a narrative review. **Results:** The findings highlight that the perception of chemically dependent patients about their recovery process identifies family, relationships with healthcare professionals, and social conditions as crucial factors in this process. **Conclusion:** The humanistic approach is presented as a promising and effective possibility for working with individuals in situations of chemical dependency, considering the needs and perspectives of the patients themselves.

Keywords: Chemical dependency, Humanistic approach, Perception.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
METODOLOGIA	5
DISCUSSÃO	6
3.1 DEPENDÊNCIA QUÍMICA	6
3.2 PERCEPÇÃO	7
3.3 PERCEPÇÃO DO DEPENDENTE	9
3.4 PESQUISA EM DEPENDÊNCIA	13
CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS	19

1. INTRODUÇÃO

A dependência química é uma condição complexa e multifacetada, caracterizada pelo uso compulsivo de substâncias psicoativas, com sérios impactos na saúde física, mental e social do indivíduo (Zanelatto; Laranjeira, 2018). Essa condição envolve uma combinação de alterações comportamentais, cognitivas e fisiológicas resultantes do uso repetido de tais substâncias (OMS, 2023). Ela pode ser desencadeada pelo uso de uma única substância psicoativa (SPA) ou por múltiplas, o que torna o quadro ainda mais complexo. Ressalta-se que não existem exames laboratoriais específicos para diagnosticar a dependência química (Zanelatto; Laranjeira, 2018).

Dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) (2023) apontam para um aumento alarmante no número de pessoas que sofrem de transtornos associados ao uso de SPA, chegando a 39,5 milhões, um crescimento de 45% em apenas 10 anos. Esse cenário preocupante demanda uma resposta abrangente e urgente da sociedade (OMS, 2023). Nesse sentido, é crucial investir em pesquisas relacionadas ao tema, programas de prevenção, tratamento e reabilitação voltados a essa população, deslocando o foco da criminalização para uma abordagem centrada na saúde pública (UNODC, 2023). Além disso, é necessário fortalecer os sistemas de apoio e cuidado, de modo a oferecer acesso a serviços integrais e compassivos.

No contexto brasileiro, a dependência química também atingiu proporções alarmantes. Dados da OMS revelam que, em média, 6% da população brasileira faz uso problemático de algum tipo de SPA, o que representa mais de 12 milhões de pessoas. Ainda mais inquietante é o fato de que quase 30 milhões de brasileiros convivem diretamente com um ente familiar dependente químico, evidenciando o caráter sistêmico desse desafio (OMS, 2023).

Em 2009, o Governo Federal do Brasil investiu R\$215 milhões na prevenção e tratamento de usuários de álcool e outras drogas, bem como aos de transtornos psíquicos, habilitando-se 73 novos Centros de Atenção Psicossociais. Além disso, houve incentivos para internações curtas de até 20 dias para pacientes em crise e aumentou-se em 31,85% o valor das diárias por paciente em hospitais psiquiátricos gerais (Gabatz *et al.*, 2013a). Somente por meio de uma estratégia multidisciplinar, envolvendo diversos setores e a participação ativa da comunidade, será possível

reverter essa tendência e construir um futuro mais saudável e equitativo para todos os afetados por esse desafio complexo e multifacetado (Inoue, *et al.*, 2019).

Quando se analisa a dependência química, compreender o perfil dos indivíduos acometidos é fundamental. Santana *et al.* (2021) apresentam dados significativos sobre essa questão, ao investigar uma amostra populacional atendida por um CAPS AD no Nordeste brasileiro. Os resultados indicam uma predominância masculina entre os dependentes (91,1%) e baixa escolaridade, atingindo 70,8% da amostra. Outro dado relevante foi a prevalência do uso de múltiplas substâncias, encontrada em 43,5% dos participantes.

O processo de dependência química frequentemente marginaliza o indivíduo, limitando suas oportunidades e espaços de expressão. Isso compromete sua participação social e inviabiliza a construção de perspectivas de futuro (Inoue *et al.*, 2019). Pesquisas também mostram que a dependência química afeta diretamente a percepção de vida, impactando a identidade, os objetivos e as aspirações dos indivíduos (Gabatz *et al.*, 2013a; Gabatz *et al.*, 2013b; Fernandes *et al.*, 2017; Ferreira *et al.*, 2015). Apesar das variações nos resultados sobre a percepção dos dependentes durante a recuperação, alguns eixos comuns emergem, apontando para a complexidade e a multidimensionalidade dessa experiência.

Apesar dos avanços significativos no entendimento da dependência química, as metodologias utilizadas nas pesquisas ainda apresentam lacunas. O preenchimento dessas lacunas é essencial para manter os princípios éticos sobre o tratamento e pesquisa relacionada ao comportamento humano, considerando sempre recursos como, por exemplo, os conceitos de ética e beneficência (Hamdan, 2017; Conselho Federal de Psicologia, 2005). A necessidade de revisão dos métodos de pesquisa sobre comportamento humano é abordada por autores como Rodrigues, Souza e Pedroso (2008) e, mais recentemente, por Hamdan (2017). Essas questões indicam a necessidade de inovação na metodologia de pesquisa sobre saúde mental e comportamento humano em geral.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão narrativa sobre a dependência química, com ênfase na experiência do paciente. O estudo busca explorar materiais que destacam a perspectiva individual dos dependentes, discutir a evasão dos tratamentos e apresentar como a abordagem humanista centrada no sujeito pode contribuir de maneira mais significativa para a recuperação e o bem-estar dos indivíduos afetados pela dependência. Além disso, visa identificar lacunas na

literatura existente e sugerir áreas para aprofundamento na investigação científica.

A realização desta pesquisa justifica-se pela importância de compreender melhor a percepção dos pacientes sobre o próprio tratamento, em conformidade com os princípios éticos da profissão de psicólogo, entender essa percepção é algo alinhado aos princípios de conduta profissional, como o respeito à dignidade e aos direitos humanos estabelecidos no Código de Ética Profissional (Brito; Souza, 2014), que prioriza o bem-estar dos indivíduos e a não discriminação. Destaca-se também a importância da autonomia, assegurando que o paciente tenha o direito de tomar decisões sobre seu tratamento (Hamdan, 2017).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste em uma revisão narrativa da literatura. Segundo Rother (2007), a revisão narrativa apresenta algumas diferenças em relação às revisões sistemáticas, sendo um modelo adequado para discutir o estado da arte de um determinado tema de forma ampla. Embora as revisões narrativas não detalhem de maneira tão rigorosa os métodos utilizados na seleção dos materiais, como apontado por Rother (2007), considera-se importante descrever este processo de forma clara, a fim de minimizar o risco de vieses e garantir a transparência do estudo. A primeira etapa da pesquisa envolveu a leitura de materiais de base sobre dependência química, incluindo os trabalhos de Zanelatto e Laranjeira (2018), além de dados oficiais fornecidos pela APA (2022) e pela UNODC (2023). Na sequência, foi construída a fundamentação teórica sobre o conceito de percepção, com destaque para os estudos de Carl Rogers (1951), e a relação desses conceitos com a prática baseada em evidência.

A busca por estudos empíricos foi realizada em indexadores de artigos científicos. Os artigos selecionados foram avaliados segundo dois critérios principais: a utilização de entrevistas ou métodos que priorizassem a experiência e o relato direto dos pacientes e a relevância desses relatos para a análise da percepção dos dependentes químicos sobre sua demanda e o tratamento. Além disso, foram incluídos artigos que, embora não apresentassem diretamente as palavras-chave originais, oferecessem contribuições significativas ao entendimento do processo de recuperação, preenchendo lacunas importantes no desenvolvimento do estudo.

3. DISCUSSÃO

3.1 DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a dependência química é um estado psíquico e, em alguns casos, físico, que resulta em alterações comportamentais e reações diversas devido à interação entre um organismo e uma substância. Esse estado é marcado pelo desejo persistente e pela necessidade de utilizar a substância, tanto para experimentar seus efeitos psicológicos quanto para evitar o desconforto da abstinência (Zanelatto; Laranjeira, 2018).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quinta edição revisada (DSM-V-TR), o transtorno por uso de substâncias caracteriza-se pela continuidade do consumo, mesmo diante de consequências significativas, evidenciadas por sinais cognitivos, comportamentais e fisiológicos. Esse transtorno não apenas prejudica a saúde física e mental, mas também afeta gravemente as relações sociais e familiares, comprometendo o desempenho em diversas áreas da vida do indivíduo (American Psychiatric Association, 2023).

Embora o DSM ofereça definições claras, Schimith, Murta e Queiroz (2019) ressalta que ainda não há consenso sobre a nomenclatura utilizada no tratamento dessa problemática. Termos como "dependência química", "toxicomania" e "drogadição" são comumente empregados, mas sua escolha depende do contexto e da abordagem de trabalho. Essa falta de uniformidade reforça a importância de adaptar os conceitos às especificidades da prática profissional.

Atualmente, o uso de substâncias psicoativas representa um grave problema de saúde pública global, afetando diversas classes sociais, faixas etárias e culturas (Zanelatto; Laranjeira, 2018). A magnitude desse problema é refletida em dados alarmantes sobre o aumento do número de dependentes químicos, o que exige um olhar atento para as abordagens de tratamento e prevenção (American Psychiatric Association, 2023).

Além disso, a dependência química ainda é marcada por um grande estigma, especialmente pela crença de que não há cura definitiva para essa condição. Esse preconceito compromete a relação entre pacientes e profissionais, dificultando o processo terapêutico (Zanelatto; Laranjeira, 2018). Esse desafio foi evidenciado em entrevistas com enfermeiros que atendem dependentes químicos, apontando o estigma como um dos principais entraves à eficácia do tratamento (Ferreira *et al.*, 2015). Schimith, Murta e Queiroz (2019) acrescenta que essa dificuldade é agravada

pela dissonância entre políticas públicas de redução de danos e práticas institucionais focadas exclusivamente na abstinência.

Portanto, é crucial que a compreensão sobre o processo terapêutico seja constantemente aprimorada. Uma abordagem mais clara sobre a percepção do paciente pode não apenas reduzir frustrações durante o tratamento, mas também aumentar a confiança de pacientes e seus familiares, e familiares (Zanelatto; Laranjeira, 2018; Ferreira *et al.*, 2015). Isso é fundamental para melhorar as expectativas em relação à recuperação e ao futuro pós-tratamento (Ferreira *et al.*, 2015).

Nesse sentido, a literatura aponta que a dependência química é muitas vezes entendida como um comportamento progressivamente refinado e restritivo em torno do consumo da substância, o que exige abordagens que considerem o ser humano em sua totalidade, abordando não apenas os sintomas, mas também as causas emocionais e comportamentais do vício, além de valorizar o debate sobre outros temas que não estejam diretamente ligados à dependência (Brito; Sousa, 2014).

3.2 PERCEPÇÃO

Para compreender a percepção dos dependentes químicos e sua influência no tratamento, é essencial partir do conceito científico de "percepção". Nesse sentido, este trabalho se baseia principalmente nas contribuições de Carl Rogers (1951), reconhecido como um dos principais nomes da abordagem humanista, que debate a importância de valorizar a abordagem de trabalho centrada no paciente. Além disso, utiliza-se o trabalho mais contemporâneo de Stenzel (2022), que explora a influência da abordagem humanista no desenvolvimento das práticas baseadas em evidências (PBE) e destaca a relevância dessa abordagem em alguns dos debates atuais sobre como conduzir pesquisas e métodos de tratamento.

Na visão de Rogers (1951), a percepção é central na construção da realidade pessoal e individual do sujeito, sendo um processo contínuo ao longo de seu desenvolvimento. O autor defende que a percepção é subjetiva e única, moldada por uma série de fatores, como as experiências passadas, emoções, expectativas, frustrações e influências culturais do meio em que o indivíduo está inserido. Nessa perspectiva, o comportamento humano não é orientado por uma "realidade objetiva", mas pela forma como o indivíduo percebe essa realidade, que é, por sua vez,

influenciada pela sua concepção de "self" — a imagem de quem a pessoa acredita ser (Rogers, 1951).

Compreender a percepção de uma pessoa, segundo Rogers (1951), é essencial para entender como ela interpreta suas experiências e, conseqüentemente, como enfrenta seu processo terapêutico. Esse entendimento se reflete em sua abordagem terapêutica, a "abordagem centrada no cliente", em que o terapeuta cria um ambiente de empatia e aceitação. Nesse contexto, o indivíduo tem a liberdade de explorar e modificar suas percepções, o que promove o crescimento pessoal e a autorrealização (Rogers, 1951).

Brito e Sousa (2014) relatam em um estudo sobre uma comunidade terapêutica para dependentes químicos que a aceitação e valorização do indivíduo são desafios complexos. Os dependentes químicos muitas vezes se veem desacreditados, tanto por familiares quanto pela sociedade, e questionam a possibilidade de mudança em suas vidas. Nesse cenário, a percepção de uma vida "inautêntica", como apontado por Inoue *et al.* (2019), se reflete nas dificuldades enfrentadas durante o tratamento, reforçando a necessidade de uma abordagem terapêutica que leve em consideração essa vivência distorcida.

A abordagem humanista de Rogers (1951) também reconhece que os conceitos terapêuticos devem ser flexíveis e reorganizados à medida que novas descobertas científicas surgem. Para Rogers (1951), a percepção não é apenas uma forma de interpretar o mundo, mas também um reflexo de como o indivíduo se vê e se relaciona com sua própria identidade. O autor defende que as pessoas constroem suas crenças, valores e objetivos a partir de suas percepções, e é por meio delas que surgem os conflitos internos e as dificuldades emocionais. Esse processo de construção da realidade pessoal é, portanto, essencial para compreender as questões psicológicas em geral.

A compreensão dessa visão da percepção tem um impacto direto na abordagem terapêutica de Carl Rogers, especialmente em sua "abordagem centrada no cliente". Rogers (1951) argumenta que, para ajudar o indivíduo a superar dificuldades emocionais e alcançar a autorrealização, o terapeuta precisa criar um ambiente de aceitação incondicional e empatia. Esse ambiente permite que o paciente explore suas próprias percepções de maneira segura e sem julgamentos, promovendo a mudança interna necessária para o crescimento pessoal. Ao possibilitar que o cliente modifique suas percepções distorcidas e ganhe uma visão mais integrada de si

mesmo, o terapeuta facilita o processo de cura e desenvolvimento (Rogers, 1951). A abordagem de Rogers, portanto, enfatiza que mudanças significativas no comportamento e no bem-estar do paciente só podem ocorrer quando ele se sente compreendido e aceito em sua totalidade, o que permite um ajuste na percepção e nas crenças sobre si mesmo e o mundo.

A partir desse referencial teórico, fica claro que o conceito de percepção é fundamental para a compreensão dos processos psicológicos e, como apontado por Brito e Sousa (2014), esse entendimento pode ser particularmente relevante no contexto da dependência química. Nesse sentido, a percepção distorcida e a sensação de "inautenticidade" vivenciada por muitos dependentes químicos (Inoue *et al.*, 2019) reforçam a necessidade de uma abordagem terapêutica que considere essa dimensão subjetiva da experiência do indivíduo.

3.3 PERCEPÇÃO DO DEPENDENTE

Compreender a dependência química sob a ótica da percepção é fundamental para o desenvolvimento de intervenções terapêuticas mais eficazes. A maneira como os indivíduos percebem sua condição de saúde e o processo de tratamento influencia diretamente os resultados terapêuticos, moldando comportamentos e decisões cruciais para a recuperação (Gabatz *et al.*, 2013a). Nesta seção, serão explorados os principais fatores que impactam essa percepção, considerando diferenças entre facilitadores e complicadores. Além disso, serão apresentados exemplos de pesquisas relevantes, dados significativos e, ao final, um resumo das implicações práticas extraídas desse material, com vistas a contribuir para novas abordagens no manejo da dependência química.

Uma das questões frequentemente negligenciadas na discussão sobre dependência química é a desinformação acerca da natureza desse fenômeno, conforme destacado por Gabatz *et al.* (2013b). aponta que, embora muitos usuários reconheçam os danos causados pelas drogas, prevalece a ideia equivocada de que o consumo ocasional não leva à dependência. Essa percepção distorcida frequentemente leva a comportamentos de risco e desadaptativos para o bem estar do indivíduo, como a venda de bens pessoais para a aquisição de drogas, além de estar associada ao isolamento social, à criminalidade e a atos de delinquência (Gabatz *et al.*, 2013a). Tais comportamentos, por sua vez, geram problemas

individuais graves e podem culminar em processos judiciais. É importante destacar, como apontado por Zanelatto e Laranjeira (2018), que o desenvolvimento da dependência química ocorre de forma gradual.

Outro ponto relevante está relacionado às razões que levam ao início do consumo. Estudos sugerem que a experimentação geralmente está associada ao desejo de integração social ou de obtenção de reconhecimento. Gabatz *et al.* (2013a) e Silva, Cruz e Nappo (2021) destacam que fatores como ambientes familiares conflituosos, dificuldades econômicas e sobrecarga no trabalho ou nos estudos também são determinantes no desenvolvimento da dependência química. Por outro lado, ambientes familiares que promovem o diálogo aberto e o suporte emocional atuam como fatores de proteção, alinhando-se à literatura teórica sobre prevenção (Gabatz *et al.*, 2013b).

A busca por tratamento é outro aspecto crítico abordado pela literatura. Segundo Gabatz *et al.* (2013a), a maioria dos pacientes ingressa em programas terapêuticos por influência de familiares ou devido a processos judiciais, mas frequentemente relutam em reconhecer o uso abusivo de substâncias. Ferreira *et al.* (2015) corroboram esses achados ao destacar que profissionais de saúde da área de enfermagem identificam a adesão ao tratamento como um dos maiores desafios no trabalho com dependentes químicos.

Além disso, os autores Ferreira *et al.* (2015) apontam a participação familiar como um fator significativo, que pode atuar tanto como facilitador quanto como obstáculo à recuperação. Em alguns casos, a família funciona como uma rede de apoio confiável, engajada nas atividades propostas pela instituição (e.g. CAPS AD) e nas condutas de suporte à recuperação. Por outro lado, em situações adversas, a família pode representar um entrave, seja por acreditar que a instituição oferecerá uma solução "mágica" para o dependente, seja por negligenciar as atividades propostas pela instituição e as ações necessárias para apoiar o tratamento.

De acordo com Inoue *et al.* (2019), com base em entrevistas realizadas com pacientes atendidos no CAPS AD, o processo de relação com as drogas e de dependência química gera, nos usuários, um sentido de vida inautêntico, alterando profundamente suas percepções sobre o passado. Muitos atribuem significados negativos a esse período, como se observa em trechos das entrevistas onde os pacientes relatam sentimentos e percepções, como "Você perde muito o valor da vida, também o conceito das outras pessoas" (Inoue *et al.*, 2019).

No entanto, a superação dessas percepções negativas permite que os dependentes químicos desenvolvam novas perspectivas, possibilitando-lhes retomar percepções e expectativas mais positivas sobre si mesmos e sobre o processo de tratamento, como exemplificado no relato de um paciente: "Então, hoje, eu não tenho vergonha de quem eu sou e do que fui na minha vida; sabe, cara, sou feliz, sobrevivi. Quantos que não sobreviveram, sobrevivi e sou muito feliz por isso" (Inoue *et al.*, 2019). Esse trecho pode ser observado como a superação e uma possível reconstrução do *self*, um processo similar ao relatado por Brito e Souza (2014), que refletem sobre como os pacientes enfrentam o tratamento, com alguns considerando a clínica um lugar seguro, mas não mantendo os comportamentos positivos no ambiente externo.

Nesse sentido, Brito e Souza (2014) apontam que um modo de superação dessa dificuldade é manter as bases da abordagem humanista e auxiliar o paciente em uma maior compreensão de seu *self* durante o tratamento. Corroborando essa perspectiva, os achados de Inoue *et al.* (2019), ao explorarem os dados de forma qualitativa, ampliam o conhecimento sobre a percepção do dependente químico e reforçam a relevância da família como fator central no processo de recuperação.

Esses resultados convergem com as conclusões de Silva, Cruz e Nappo (2021), que discutem as expectativas de profissionais de saúde em relação ao tratamento da dependência química. Silva, Cruz e Nappo (2021) destacam que, além da rede de apoio familiar, outros elementos fundamentais para o sucesso terapêutico incluem a promoção de qualidade de vida, acesso a trabalho digno, condições de reintegração social e desenvolvimento emocional adequado. Portanto, o apoio da família, a compreensão do *self* do paciente e a melhoria da qualidade de vida são aspectos-chave apontados pela literatura para o tratamento efetivo da dependência química.

Ferreira *et al.* (2015) complementam essa discussão ao identificar dois grupos principais de fatores que dificultam o processo de recuperação. Os **fatores intrínsecos** incluem aspectos como a motivação do paciente, o tipo de substância utilizada e percepções distorcidas sobre a eficácia do tratamento. Já os **fatores extrínsecos** envolvem a relação familiar, o vínculo com os profissionais de saúde e as condições socioeconômicas. Nesse sentido, os fatores de exclusão social e vulnerabilidade, bem como o isolamento frequentemente enfrentado pelos dependentes químicos, apresentam-se como obstáculos significativos ao sucesso do

tratamento (Ferreira *et al.*, 2015).

Além disso, estudos específicos têm ampliado a compreensão sobre as singularidades dentro do fenômeno da dependência química. Um exemplo relevante é a análise de Nascimento *et al.* (2017), que investiga a dependência de crack entre mulheres, destacando as particularidades relacionadas à vivência da feminilidade no contexto do uso de substâncias. A pesquisa mostra que um entendimento mais profundo das experiências dessas mulheres é essencial para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas eficazes. Considerando as especificidades de gênero, a abordagem terapêutica pode ser ajustada para lidar com as questões sociais e emocionais que permeiam o uso de drogas no contexto feminino, tornando o tratamento mais assertivo e focado nas necessidades desse público (Nascimento *et al.*, 2017).

Outro estudo importante, que também aborda a percepção no contexto da dependência química, é o de Scaduto e Barbieri (2009), realizado com adolescentes em tratamento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS AD). Com uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, a pesquisa envolveu 11 participantes, sendo a maioria do sexo masculino, com idades entre 15 e 18 anos, e com baixo nível educacional, o que, em muitos casos, estava relacionado ao abandono escolar e a internações anteriores. Esse estudo, além de reforçar a importância da relação familiar no tratamento, destaca novamente a necessidade de estratégias que considerem o perfil e as especificidades de cada grupo etário e de cada indivíduo, especialmente no caso dos adolescentes, que apresentam desafios únicos em sua jornada de recuperação (Scaduto; Barbieri, 2009).

Esses dados qualitativos, somados às pesquisas quantitativas sobre evasão no tratamento, indicam uma baixa adesão ao tratamento da dependência química, reflexo de uma estrutura de cuidado ainda fragilizada. Esse cenário está diretamente relacionado à Política Nacional sobre Drogas (Fernandes *et al.*, 2017) que visa tratar o problema de forma ampla, por meio de cinco pilares: prevenção, tratamento e reintegração social, redução de danos, controle da oferta de substâncias e promoção de pesquisas sobre o tema. Embora a política tenha avançado ao criar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), um sistema que integra diferentes serviços de saúde mental na comunidade, ainda há uma carência de recursos dedicados a esse cuidado, o que aumenta a vulnerabilidade dos pacientes. Para garantir um atendimento mais eficaz, é necessário investir em recursos adequados e em uma abordagem que

respeite a cultura local e a autonomia dos usuários, conforme sugerido por Fernandes *et al.* (2017).

3.4 PESQUISA EM DEPENDÊNCIA

Gabatz *et al.* (2013a) destacam que estabelecer o perfil dos dependentes químicos e realizar pesquisas sobre essa temática no Brasil é uma tarefa desafiadora. Isso se deve, em grande parte, ao fato de as investigações serem frequentemente conduzidas em clínicas de reabilitação e comunidades terapêuticas, limitando a representatividade dos dados. Além disso, priorizar a experiência do paciente por meio de uma abordagem e metodologia humanistas torna-se ainda mais complexo, como observado por Brito e Souza (2014). Esses autores relataram que, embora buscassem criar um espaço de discussão livre para o paciente, muitas vezes precisaram adotar posturas mais diretivas, o que contraria a perspectiva humanista, para atender às diretrizes institucionais. Apesar disso, a prática multiprofissional mostrou-se um recurso positivo, corroborando os dados de Inoue *et al.* (2019).

Nas conclusões de Santana *et al.* (2021), enfatiza-se a relevância de planejar estratégias voltadas para ações educativas e preventivas que abordem os riscos biopsicossociais relacionados ao uso abusivo de substâncias. Essas estratégias devem incluir a colaboração ativa dos pacientes na construção de seus planos terapêuticos singulares, promovendo um cuidado mais individualizado.

Essas perspectivas são complementadas pelo trabalho de Stenzel (2022), que, de forma significativa, reforça a importância da abordagem centrada na pessoa, de orientação humanista e focada na percepção do paciente, dentro da prática da psicologia baseada em evidências. Essa abordagem destaca a necessidade de considerar as percepções dos pacientes no processo terapêutico e aponta a influência internacional da psicologia humanista na promoção de um atendimento mais personalizado e empático.

O trabalho de Stenzel (2022) reforça a importância da abordagem centrada na pessoa e da orientação humanista na prática da psicologia baseada em evidências (PBE). Essa perspectiva destaca a necessidade de considerar as percepções e a experiência dos pacientes no processo terapêutico, promovendo um atendimento mais personalizado e empático.

Essa visão contrasta com modelos anteriores, como o modelo moral, que

encarava o uso de substâncias e a dependência química como escolhas pessoais e transgressões às normas sociais. Nessa abordagem moralizante, o paciente era visto como responsável pela sua condição e passível de críticas, desatenção e punição nos serviços de saúde (Zanelatto; Laranjeira, 2018).

Já o modelo de temperança, embora não julgasse moralmente o paciente, buscava um equilíbrio entre o consumo adequado e inadequado de álcool. Atualmente, o modelo biopsicossocial é amplamente aceito e fundamentado na pesquisa científica, reconhecendo a complexidade dos fatores sociais, psicológicos e fisiológicos envolvidos na dependência química (Zanelatto; Laranjeira, 2018).

Nesse contexto, a abordagem humanista, centrada na percepção dos pacientes, se revela uma ferramenta poderosa, especialmente no campo da Terapia Centrada na Pessoa (ACP), pois prioriza um compromisso ético com a experiência do indivíduo em tratamento (Stenzel, 2022). Manter um espaço empático e de longo prazo permite que os pacientes contribuam ativamente para a pesquisa e seu próprio processo terapêutico.

Além disso, Stenzel (2022) destaca que a abordagem humanista se apresenta como um fator promissor na pesquisa sobre saúde mental, pois respeita os fundamentos da beneficência também citados por Handman (2017) ao discutir sobre ética e neuroética, conceitos que também são citados pelo Código de Ética do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2005), que afirma que o psicólogo deve:

- I. "Basear o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos."
- II. "Trabalhar visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."
(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 07).

Embora os conceitos de não maleficência, beneficência, autonomia e justiça possam parecer básicos, são discutidos de forma relevante em estudos, como o de Hamdan (2017), que reforça a importância de manter a prática de pesquisa em saúde mental fundamentada nesses princípios. As pesquisas citadas ao longo deste texto são essenciais para a construção do conhecimento sobre a percepção do paciente em relação à dependência química. No entanto, elas apresentam algumas lacunas significativas, que poderiam ser corrigidas em estudos futuros, com o objetivo de gerar dados qualitativos mais confiáveis sobre dependência química e, assim, aprimorar os métodos de tratamento.

Rodrigues, Souza e Pedroso (2008) também levantam a questão da utilidade

de determinadas categorias diagnósticas presentes no DSM-V, tanto no exame quanto na prática clínica. O autor aponta, por exemplo, a proliferação de condições que chegam a pouco mais de duzentas, contabilizando comorbidades que dificultam a aplicação dessas informações na prática clínica, embora o texto não trate especificamente do diagnóstico da dependência química.

Alinhado a essa discussão sobre comorbidades nos diagnósticos, temos o relato de profissionais de enfermagem entrevistados por Ferreira *et al.* (2015), que colocam a condição de comorbidades, como ansiedade, depressão e transtornos de ansiedade, como dificultadores do processo de recuperação durante a dependência química. Essa observação destaca a necessidade de integrar aspectos sociais e éticos nas novas categorias diagnósticas.

Um dos pontos críticos abordados por Rodrigues, Souza e Pedroso (2008) é a expansão excessiva de categorias já existentes. O autor argumenta que isso pode resultar em diagnósticos desnecessários e conclui que são necessários mais estudos que considerem não apenas questões biológicas, mas também sociais, para definir diagnósticos mais humanizados.

Em paralelo, Stenzel (2022) destaca a insuficiência das técnicas puramente métricas, defendendo que fatores como a relação terapêutica e a percepção do paciente são cruciais para o avanço do tratamento, uma prática fundamentada em evidências.

Uma característica encontrada nas pesquisas citadas nesta revisão foi o predomínio de métodos transversais. Para obter uma compreensão mais aprofundada do tema, uma abordagem longitudinal e qualitativa poderia agregar maior validade às informações já encontradas. Para o desenvolvimento de uma pesquisa realmente impactante, sugere-se seguir os conceitos de Rother (2007) sobre revisão sistemática, a fim de analisar de modo adequado as lacunas nas pesquisas sobre dependência química. Adicionalmente, uma pesquisa de campo com acompanhamento longitudinal, analisando a evolução da percepção dos pacientes ao longo do tempo, também poderia contribuir para uma visão mais abrangente do fenômeno.

Gabatx *et al.* (2013a), observa que grande parte dos estudos sobre dependência química se concentra em pacientes socialmente isolados, desconsiderando os impactos de um ambiente terapêutico mais inclusivo e contínuo. Esse é outro ponto importante a ser considerado: o "*setting*" da pesquisa. Brito e Souza (2014) corroboram essa observação, ao analisarem como o ambiente

institucional e isolado de uma comunidade terapêutica impacta o processo terapêutico. Os autores evidenciam que o local onde a pesquisa é realizada influencia diretamente a percepção do indivíduo sobre sua própria recuperação. Dessa forma, é essencial considerar o contexto em que os pacientes estão inseridos durante a condução de estudos sobre dependência química, uma vez que esse fator pode afetar significativamente os resultados obtidos.

Um aspecto crucial, principalmente ao priorizar dados qualitativos, é a linguagem utilizada nas perguntas e a flexibilidade na coleta de dados. Brito e Souza (2014) sugerem que, ao permitir que os pacientes discutam temas de seu interesse, mesmo que não estejam diretamente relacionados à dependência química, os profissionais podem obter dados mais ricos e confiáveis sobre a experiência de vida dos dependentes.

O objetivo aqui não é afirmar a superioridade de abordagens humanistas ou discutir sua fundamentação teórica e epistemológica, nem exigir que todas as pesquisas sigam exclusivamente a prática baseada em evidências. O que se busca é aprofundar a compreensão da dependência química e promover o diálogo com a comunidade científica sobre a aplicação da Psicologia Baseada em Evidências (PBE) em relação aos aspectos humanistas envolvidos na complexidade do tratamento da dependência química. Nesse sentido, Stenzel (2022) sugere que o ciclo de crítica e participação entre abordagens diversas é essencial para o desenvolvimento de práticas que promovam o bem-estar dos pacientes.

Stenzel (2022) aponta que a abordagem humanista tem emergido como uma alternativa significativa no contexto da PBE, sendo cada vez mais reconhecida por seu potencial de contribuir para um tratamento holístico e centrado no paciente. Nesse sentido, é essencial a inclusão e a expansão de métodos humanistas, criando um espaço para uma construção de mão dupla entre a PBE e abordagens que valorizem a experiência subjetiva dos pacientes. A incorporação de práticas humanistas pode, portanto, enriquecer os modelos terapêuticos tradicionais, promovendo uma integração mais profunda entre os dados empíricos e as vivências pessoais dos indivíduos.

Uma lacuna significativa nas pesquisas sobre dependência química é a ausência de estudos longitudinais que acompanhem a evolução da percepção dos pacientes ao longo do tratamento. A maioria das investigações se concentra em dados coletados em um único momento, o que limita a compreensão do impacto contínuo

das intervenções na experiência dos dependentes químicos. Para superar essa limitação, a Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI), descrita por Smith e Osborn (2015), apresenta-se como uma metodologia promissora. De base humanista, a AFI investiga experiências emocionais complexas e oferece uma abordagem detalhada para compreender como a vivência pessoal de cada paciente influencia sua percepção sobre a dependência química.

Tombolato e Santos (2020) destaca as implicações práticas da aplicação da AFI, que está fundamentada em três correntes intelectuais: a fenomenologia, que explora a experiência em seus próprios termos; a hermenêutica, que adiciona a perspectiva interpretativa; e a idiografia, que foca em análises detalhadas de casos específicos. A metodologia utiliza entrevistas abertas ou semiestruturadas com um número reduzido de participantes (geralmente em torno de seis), buscando investigar como os indivíduos atribuem significado às experiências mais marcantes de suas vidas. Embora amplamente reconhecida em estudos internacionais, a AFI ainda é pouco difundida no Brasil, evidenciando a necessidade de explorar mais seu potencial como metodologia de pesquisa.

Além disso, é recomendável que a coleta de dados seja realizada de forma contínua, permitindo o acompanhamento das mudanças na percepção dos pacientes ao longo do tempo. Isso proporciona uma visão mais dinâmica e abrangente do processo terapêutico, oferecendo insights valiosos sobre como as percepções dos dependentes químicos evoluem conforme avançam no tratamento.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, a partir da discussão apresentada, que a temática da dependência química e a percepção do paciente sobre essa condição continua sendo um campo de estudo vasto e complexo. A amplitude teórica que envolve o conceito de percepção, bem como a escassez de pesquisas direcionadas especificamente à percepção do indivíduo, contribuem para o caráter multifacetado dessa problemática. Embora a literatura sobre dependência química seja ampla, a ênfase na experiência subjetiva do paciente ainda é limitada, o que torna o tema um desafio contínuo tanto para a prática quanto para a pesquisa.

As pesquisas sobre dependência química apresentam grande complexidade, mas debates internacionais sobre psicoterapia oferecem bases sólidas para a

construção de modelos sistematizados de investigação. Esses modelos devem priorizar a percepção do paciente, especialmente dentro de abordagens humanistas. A integração de métodos qualitativos, centrados na experiência individual, e a ênfase na escuta ativa e empática são componentes essenciais para avançar nesse campo. Schimith, Murta e Queiroz (2019) também destaca a necessidade de repensar a compreensão do uso de substâncias psicoativas, propondo abordagens mais centradas no sujeito e em suas particularidades.

Adicionalmente, a adoção de abordagens como a Análise Fenomenológica Interpretativa (IPA), associada a uma coleta de dados com maior frequência e acompanhamento longitudinal, pode representar uma solução crucial para a sistematização de dados na pesquisa sobre dependência química. Essa combinação oferece uma visão mais dinâmica e aprofundada da experiência dos pacientes ao longo do tempo.

No entanto, como destacado por Stenzel (2022), embora a abordagem humanista tenha mostrado contribuições significativas, ela ainda ocupa um espaço tímido no cenário nacional, com uma relevância breve também no âmbito internacional. Essa constatação reforça a necessidade de um maior investimento e reconhecimento nas metodologias baseadas na percepção do paciente. Ao enriquecer as abordagens terapêuticas e as pesquisas em dependência química, essa perspectiva pode promover um avanço na prática clínica e no entendimento dessa complexa condição. Em conclusão, é essencial fomentar o diálogo entre as diferentes abordagens, de modo a construir um conhecimento mais abrangente e efetivo no tratamento da dependência química, sempre priorizando o bem-estar e a autonomia dos indivíduos em seus processos de recuperação.

5. REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558820949/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRITO, R. M. M.; SOUSA, T. M. Dependência química e abordagem centrada na pessoa: contribuições e desafios em uma comunidade terapêutica. **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies**, Goiania, v. 1, n. 1, p. 77-85, jan./jun. 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética profissional do psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- FERNANDES, S. S.; MARCOS, C. B.; KASZUBOWSKI, E.; GOULART, L. S. Evasão do tratamento da dependência de drogas: prevalência e fatores associados identificados a partir de um trabalho de Busca Ativa. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 131-137, 2017.
- FERREIRA, A. C. Z.; BORBA, L. O.; CAPISTRANO, F. C., CZARNOBAY, J.; MAFTUM, M. A. Fatores que interferem na adesão ao tratamento de dependência química: percepção de profissionais de saúde. *Revista Mineira de Enfermagem*, Curitiba-PR, v. 2, n. 19, p. 150-156, abr/jun, 2015.
- GABATZ, R. I. B.; SCHMIDT, A. L.; TERRA, M. G.; PADOIN, S. M. M.; SILVA, A. A.; LACCHINI, A. J. B. Percepção dos usuários de crack em relação ao uso e tratamento. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 34, n. 1, p. 140-146, mar. 2013a.
- GABATZ, R. I. B.; JOHANN, M., TERRA, M. G.; PADOIN, S. M. M.; SILVA, A. A.; BRUM, J. L. Percepção do usuário sobre a droga em sua vida. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 17, p. 520-525, jul./set. 2013b.
- HAMDAN, A. C. Neuroética: a institucionalização da ética na neurociência. **Revista Bioética**, Brasília, v. 2, n. 25, p. 275-281, mar./ago. 2017.
- INOUE, L.; BELLINII, L. C; PAIANOI, M.; HADDADI, M. C. L.; MARCONI, S. S. Percepções de vida e perspectivas de futuro de usuários de drogas: compreender para cuidar. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 52-59, abr. 2019.
- ROGERS, C. **A terapia centrada na pessoa**. 3. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1951.
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 2, n. 20, p. 5-6, abr. 2007.

RODRIGUES, S. M. S.; SOUZA, A. M.; PEDROSO, J. S. Diagnóstico psiquiátrico: evolução histórica, conceitos e vicissitudes. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v. 3, n. 22, p. 1-5, jul./set. 2008.

SANTANA, G. V.; SANTOS, J. L. S.; SANTOS, J. M. J.; ALVES, L. J.; MENEZES, A. F.; FREITAS, C. K. A. C. Perfil sociodemográfico e de dependência química dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial especializado. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 4, p. 7-13, out./dez. 2021.

SILVA, T. R.; CRUZ, J. I.; NAPPO, S. A. Expectativas sobre o sucesso do tratamento de dependência de drogas psicotrópicos na visão dos especialistas. **Society and Development**, v. 10, n. 14, p. 1-9, ago./out. 2021.

SMITH, J. A.; OSBORN, M. Interpretative phenomenological analysis as a useful methodology for research on the lived experience of pain. **British Journal of Pain**, Londres, v. 9, n. 1, p. 41-42, fev. 2015.

SCHIMITH, P. B.; MURTA, G. A. V.; QUEIROZ, S. S. A abordagem dos termos dependência química, toxicomania e drogadição no campo da Psicologia brasileira. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 1-9, abr./nov. 2019.

STENZEL, L. M. A abordagem humanista no debate da psicoterapia baseada em evidências. **Revista Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 70-82, abr. 2022.

TOMBOLATTO, M. A.; SANTOS, M. A. Análise fenomenológica interpretativa (AFI): fundamentos básicos e aplicações em pesquisa. **Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiania, v. 23, n. 3, p. 293-304, set./dez. 2020.

ZANELATTO, A.; LARANJEIRA, R. **O tratamento da dependência química e as terapias cognitivo-comportamentais**. São Paulo: Editora Artmed, 2018.